

XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã

Tema central:

**Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes
colaborativas no contexto da pandemia**

22 a 24 de junho de 2021, online

Iniciativa e Realização

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – **UNESP**
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – **FAAC**
Departamento de Comunicação Social – **DCSO**

Inclusão e Acessibilidade Cultural: audiodescrição no museu do Instituto Lauro de Souza Lima¹

Vinícius Leandro do Nascimento

Graduando em Jornalismo pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design
(FAAC) da Unesp Bauru, bolsista de Iniciação à Extensão Universitária do projeto
“Biblioteca Falada”.

Guilherme Ferreira de Oliveira

Graduando em Relações Públicas pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e
Design (FAAC) da Unesp Bauru, bolsista BAAE III do projeto “Biblioteca Falada”.

Olga Susana Costa Coito e Araujo

Doutoranda em Gerontologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Mestre em
Museologia pela Universidade de São Paulo (USP) e Licenciada em Antropologia pela
Universidade Nova de Lisboa.

INTRODUÇÃO

O acesso à informação e à comunicação é tema de longos debates nos campos da comunicação, da cultura e do lazer. A inclusão, como paradigma social, pauta-se no princípio de que as pessoas com deficiência devem, além de apenas serem integradas, participar ativamente e com equidade nos diversos âmbitos da sociedade (SASSAKI, 2005).

¹ Trabalho apresentado no **GT5 (Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes colaborativas em tempos de pandemia)** da XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2020-2021, de 22 a 24 de junho de 2021, na modalidade online – realizada ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã e UNESP – Universidade Estadual Paulista / FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Departamento de Comunicação social.

Esta parcela da sociedade, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compõe 6,2% da população brasileira (IBGE, 2015). Desse contingente, cerca de 7 milhões têm deficiência visual (baixa visão e cegueira). Para a inclusão dessa população, é necessário um respaldo tanto regulatório quanto social. Entende-se que os direitos das pessoas com deficiência devem ser garantidos, não apenas por questões legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, mas pela sociedade como um todo.

Assim, Sasaki (2005, p. 21) afirma que para a inclusão de todas as pessoas “[...] a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros”. Tal participação só se torna possível se, de fato, a comunicação, os espaços, a educação e o trabalho forem acessíveis. Para a promoção da inclusão, existem as Tecnologias Assistivas (TA), que, segundo a LBI, são

produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015).

O uso dessas tecnologias está relacionado com as principais necessidades situacionais deste público, como na leitura, escrita ou na navegação na *web*. Na comunicação, têm-se o braille, a audiodescrição e a mídia sonora (MACIEL; SILVA, 2017) como importantes recursos de acessibilidade. A audiodescrição (AD) é uma modalidade de tradução intersemiótica do signo visual para o verbal. Também pode-se classificá-la como uma Tradução Audiovisual Acessível (TAVA), juntamente à janela de Libras e a Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE) (ARAÚJO; ALVES, 2017). Motta e Romeu Filho (2010) explicam que a AD é um recurso de acessibilidade com o objetivo de ampliar o entendimento e promover o acesso à informação, à cultura e à comunicação para pessoas com deficiência visual, mas também para pessoas idosas, disléxicas e com deficiência intelectual. Em relação a sua aplicabilidade, a AD pode ser realizada em eventos culturais, turísticos, esportivos, pedagógicos, científicos etc. (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010).

Em relação aos eventos culturais, como peças de teatro, programas de TV, musicais e óperas, a AD se configura como parte essencial para a promoção da Acessibilidade Cultural. Lima *et al.* (2010, p. 40) apontam que “a arte é, sem sombra de dúvida, cultura, educação, lazer e via de socialização humana. Por conseguinte, tal possibilidade humanizante não pode

continuar a ser negada à pessoa humana com deficiência visual num mundo que se queira justo e inclusivo”.

Reconhecendo a importância dos recursos de acessibilidade na Comunicação e no acesso à cultura, governos, organizações não-governamentais (ONGs), universidades, grupos de pesquisa, e empresas incentivam e constroem materiais e produtos acessíveis para pessoas com deficiência visual. Tem-se assim a iniciativa do projeto de extensão Biblioteca Falada (BF), da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), de Bauru/SP. O projeto atua na promoção de acessibilidade, inclusão e cidadania das pessoas com deficiência em parceria com o Lar Escola Santa Luzia para Cegos (LESL) de Bauru, entre outras instituições.

Com o objetivo de atender as demandas de seus públicos, o BF atua na produção de mídia sonora acessível e AD. Nesse sentido, há uma extensa lista de produções nos mais diversos formatos, como adaptações de conteúdos textuais (notícias, livros, artigos) para mídia sonora, biografias, documentários, reportagens, AD de imagens e personagens, e mais recentemente, desenvolve um aplicativo de geolocalização, o Siga - Guia Acessível da Cidade. No aplicativo são disponibilizados áudios histórico-informativos, assim como AD de espaços públicos e privados bauruenses, como praças, igrejas, parques, prédios governamentais, comércios etc.

Paralelamente à produção usual, o projeto também recebe demandas e firma parcerias com outras instituições locais. Dentre elas, está a proposta de acessibilização, por meio da AD, da visita guiada a uma exposição do museu do Instituto Lauro de Souza Lima (ILSL).

O ILSL foi criado em 1933 como Asilo-Colônia Aymorés para portadores de hanseníase, vindos de todo o estado de São Paulo. Na década de 1970 é transformado no Hospital Aymorés de Bauru, e depois rebatizado como Hospital Lauro de Souza Lima, em homenagem ao médico referência na pesquisa e tratamento da hanseníase. Em 1989 tornou-se um centro de referência na área de dermatologia geral, e de excelência em hanseníase. O Instituto foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, considerando: “o reconhecimento como patrimônio cultural dos remanescentes de um capítulo doloroso e relegado da história da saúde em São Paulo, restabelecendo o seu direito à memória em âmbito público” (CONDEPHAAT, 2016). O museu possui um acervo fixo de documentos administrativos, fotos e objetos do cotidiano dos internos e dos funcionários do antigo Asilo-Colônia.

Em 2020, a exposição “Histórias Cruzadas, Caladas, Curadas...” chega ao Museu do ILSL, em parceria com Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, do Sistema Estadual de Museus (Sisem) e com fomento do ProAC Edital - Programa de Apoio à Cultura 13/2019 concurso destinado a apoiar projetos que visem à modernização de acervos de museus e arquivos no Estado de São Paulo.

O acesso a coleções sobre saúde pública no interior do Estado dá-se por meio da exposição de longa duração, que procurou eliminar barreiras por meio de tecnologias assistivas, recursos de comunicação e abordagens que consideram as diferenças dos indivíduos, seja por perdas sensoriais, transtornos de desenvolvimento, dificuldades de aprendizado (SARRAF, 2017) ou habilidades de leitura e escrita insuficientes.

No entanto, como afirma Lima *et al.* (2010, p. 48) “o museu, casa do conhecimento, da educação e do lazer, é morada da cultura, da arte e da mais verdadeira forma de registro do conhecimento humano. Não pode, assim, estar inacessível às pessoas com deficiência [...]”. Pela necessidade de acessibilização de ambientes e promoção do acesso à cultura, o projeto privilegiou a AD como recurso de acessibilidade, por um lado como obrigatoriedade de produção dos projetos financiados com recursos estaduais, mas por outro lado como produção de curadoria acessível com interlocutores do LESL, responsáveis do BF e os idealizadores da nova expografia.

O proponente Engenho Cultural optou pela inclusão do recurso da AD possibilitando a fruição do patrimônio e território com informações históricas e culturais que compõem a visita guiada. A partir daí, a museóloga Susana Costa Araujo, desenvolveu as audiodescrição e o BF foi convidado a participar da produção, numa parceria que envolveria a universidade e a comunidade com o intuito de ampliação da AD na cidade de Bauru.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICOS

Para a realização das atividades, fez-se necessária a sistematização das etapas e das técnicas de AD e produção de áudio. Assim, a partir de uma abordagem exploratória, optou-se por mesclar informações tanto visuais quanto históricas e informativas do ILSL que permitem uma contextualização da ambiência e do território, nas suas particularidades culturais.

O processo de construção e tradução da AD é composto por algumas etapas e pessoas responsáveis por elas. O audiodescritor-roteirista deve pesquisar sobre o local e fazer visitas previamente e durante todo o processo de produção; as revisões visam alinhar o texto com as

diretrizes da AD, feitas sincronamente na construção textual, conjunta ao roteirista ou por meio de devolutivas da revisão. Com o texto finalizado é necessário uma visita técnica para testar a adequação do roteiro, e, se for o caso, ajustes devem ser feitos. Posteriormente, o roteiro é levado para a locução que objetive um resultado dentro dos parâmetros do que se espera numa AD, seguido pela edição e, por fim, disponibilizado o produto final.

A AD pode ser entregue como um único arquivo de áudio ou como uma coleção de áudios, como é feito no Natural Science Museum de Londres. Neste caso, a AD da exposição “Histórias Cruzadas, Caladas, Curadas...” no museu do ILSL conta com 10 áudios: um explicativo sobre o uso do recurso na exposição e os demais são de conteúdo histórico-informativo e audiodescrito da área tombada e da exposição. As ADs são disponibilizadas por meio de Código QR, nos pontos com cartazes dispostos na área de percurso e no museu em cada módulo expositivo. A leitura então é feita por meio de celulares e recursos do próprio visitante, por conta do baixo investimento tecnológico do museu, e especialmente das necessidades de adaptação a padrões sanitários que respeitassem o não compartilhamento de equipamentos pessoais na pandemia.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Inicialmente, antes da construção do roteiro, alguns parâmetros básicos devem ser adotados. O primeiro diz respeito à escolha de tornar a visita guiada acessível para pessoas com deficiência visual em qualquer circunstância, não apenas com visitas especializadas. Alves e Santiago Vigata (2017, p. 1827) explicam que

Se por um lado seria mais fácil do ponto de vista prático organizar visitas a exposições separando os grupos por capacidades funcionais homogêneas - por exemplo, criando um grupo de pessoas cegas, outro com pessoas com baixa-visão e um terceiro com pessoas que enxergam -, esse tipo de separação, que facilitaria a elaboração de uma AD “à medida”, contradiz o paradigma inclusivo e vai contra a valorização da diversidade.

Já compreendendo esta necessidade, os roteiros de AD também carregam a responsabilidade de serem acessíveis, de forma que um maior número de pessoas consigam acompanhar a visita. A audiodescrição possui características que estabelecem sua estrutura e construção de sentido. De caráter majoritariamente descritivo, o roteiro deve identificar o objeto, e fazer uma contextualização geral dele, para em seguida aprofundar o nível de detalhamento de acordo com o objetivo da produção. Na construção de suas partes, tem-se como base os parâmetros de diversas publicações e normatizações (ABNT NBR-16452, 2016;

LIMA *et al.*, 2010; MOTTA; ROMEU FILHO, 2010; NAVES *et al.*, 2016) Assim, opta-se por: períodos curtos, tempo verbal no presente do indicativo, evitar inferências e subjetividade, uso de adjetivos descritivos e evitar os de caráter qualitativo.

O roteiro elaborado por Susana Costa Araujo foi construído através de seus estudos e visitas ao ILSL. Com um formato híbrido, o texto estabelece referenciais que devem ser alcançados ao fazer o percurso como uma visita guiada, a partir da entrada na área tombada culminando no museu do Instituto Lauro de Souza Lima. Durante o trajeto, a AD dos pontos de referência (informação descritiva que segue as diretrizes da AD) dá lugar a enxertos contextuais sobre a história do Instituto, de forma que o texto resultante proporciona uma imersão diferenciada: a compreensão dos entornos se mescla com a história do Instituto.

O roteiro então foi repassado aos membros do BF para revisão. Para tal, foi realizada uma discussão em grupo, de forma virtual, com sete integrantes do projeto, os quais compunham a equipe de AD. O objetivo da discussão era a definição da devolutiva e elaboração de sugestões para o roteiro, levando em consideração o ponto de vista de todos e apontamentos de possíveis ajustes para adequação às diretrizes da AD.

De forma geral, os principais pontos levantados eram referentes à assertividade terminológica e construção da fluidez de leitura. Tanto a normatização da AD quanto os parâmetros da linguagem radiofônica exprimem a necessidade da ordem direta na construção de orações, a repetição de termos, o cuidado com cacofonias etc., especialmente pelo fato de que, como apontam Maciel e Silva (2017, p. 63):

essa conformação do meio sonoro vai influenciar diretamente a constituição do enunciado e a forma como este chega ao destinatário, além de determinar a observância de uma série de aspectos de ordem lexical, sintática e de manipulação do som quando da produção da mensagem.

Ainda durante o processo de revisão, um dos membros do projeto fez uma visita técnica com a roteirista ao Instituto. Essa visita tinha como objetivo fazer todo o trajeto proposto pelo roteiro, com leitura da AD e revisão de cada parte do texto pormenorizada, para conclusão do roteiro. Após a visita técnica, o roteiro se encaminhou para a versão final. Terminado este estágio, seguiu-se para a locução.

Na locução de AD existem também especificidades, as quais estão em discussão entre a comunidade acadêmica e profissional, em busca de uma prática mais ideal ao formato da tradução. Em geral, partindo do conhecimento de que as técnicas de locução são também

responsáveis pela forma em que a AD será interpretada (CARVALHO; LEÃO; PALMEIRA, 2017), busca-se uma narração com entonação condizente com o formato da AD.

Assim, no contexto em que se insere o ILSL e seu museu, optou-se por uma locução mais sóbria e de ritmo mais lento, em busca de preservar ao máximo a compreensão e autonomia de interpretação do ouvinte. Na edição, não há adição de trilha sonora ou sonoplastia, o ideal é a limpeza de ruídos, cortes de erros e ajustes de volume, no máximo com a inclusão de vinheta de introdução e/ou encerramento com os créditos da produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade realizada foi, de certa forma, experimental. Apurou-se o atrativo da AD como alternativa aos textos para pessoas com habilidades diferenciadas, cujo tempo e disponibilidade não atende às necessidades de leitura dos painéis expositivos, para além das pessoas cegas e de baixa visão. Estabelecendo-se assim uma possibilidade para futuras parcerias e demandas de outras instituições. A inclusão de outras etapas de produção é pertinente de forma que os integrantes do projeto participem ativamente na construção de roteiros e estes textos também passem por consultores em AD. A consultoria é responsável pelo controle de qualidade do produto (MIANES, 2016) e, embora não presente nesta atividade, é parte essencial também para a inclusão de pessoas com deficiência visual na construção da AD.

A parceria com a instituição, de forma geral, teve sua importância explicitada por motivar reflexões acerca da produção de AD e da inclusão de pessoas com deficiência em espaços culturais. Como parte de um extenso processo de mobilização social para a inclusão, a promoção de recursos de acessibilidade deve ser incentivada continuamente, de forma que iniciativas diferenciadas compreendam a necessidade de tais feitos, como no caso do museu do Instituto Lauro de Souza Lima em Bauru-SP.

Palavras-chave: Acessibilidade Cultural; Audiodescrição; Extensão Universitária; Mídia Sonora; Biblioteca Falada.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. F.; SANTIAGO VIGATA, H. A audiodescrição na Extensão Universitária: formação e prática cidadã. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 11, n. 5, p. 1825-1849, 2017.

ARAÚJO, V. L. S.; ALVES, S. F. Tradução Audiovisual Acessível (TAVA): audiodescrição, janela de libras e legendagem para surdos e ensurdecidos. **Trab. linguist. apl., Campinas**, v. 56, n. 2, p. 305-315, 2017.

CONDEPHAAT Antigo Asilo Colônia Aimorés – **Condephaat**. 2016. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/antigo-asilo-colonia-aimores/>>. Acesso em 10 abr. 2021.

CARVALHO, W. J. A. C.; LEÃO, B. A.; PALMEIRA, C. T. Locução e audiodescrição nos estudos de tradução audiovisual. **Trab. linguist. apl., Campinas**, v. 56, n. 2, p. 359-378, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde 2013 - ciclos de vida: Brasil e grandes regiões**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

LIMA, F. J. et al. Arte, educação e inclusão: orientações para áudio-descrição em museus. In: SANTOS, Anderson Pinheiro (Org.). **Diálogos entre Arte e Público: caderno de textos**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, v. 3, 2010, p. 40-49.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 de julho. 2015.

MACIEL, S.; SILVA, A. F. Mídia Sonora como Recurso de Acessibilidade para pessoas com deficiência visual. In: LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. O.; VILLELA, L. M. (Orgs.). **Recursos de acessibilidade aplicados ao ensino superior**, 2. ed. Bauru: Cultura Acadêmica, Edição Ampliada e Revisada, 2017, p. 59-72.

MIANES, F. L. Consultoria em audiodescrição: alguns caminhos e possibilidades. In: CARPES, D. S. (Org.). **Audiodescrição: práticas e reflexões**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2016, p. 10-21.

MOTTA, L. M. V. M.; ROMEU FILHO, P. (Org.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

NAVES, S. B. *et al.* **Guia para produções audiovisuais acessíveis**. Brasília: Secretaria do Audiovisual/ Ministério da Cultura, 2016.

SARRAF, V. Acessibilidade em Museus e Centros de Ciência. In: 69ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 2017, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: SBPC, 2017. Disponível em <[Microsoft Word - TextoSBPC.doc \(sbpcnet.org.br\)](#)>. Acesso em: 17 mai. 2021

SASSAKI, R. K. Inclusão: O paradigma do século 21. **Inclusão - Revista da Educação Especial**, Ano 1, n. 1, p. 19-23, 2005.